

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP



## Demonstrações Financeiras

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Introdução:** Senhores, Autoridades e Clientes, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

**Mensagem da Administração – CO:** Este ano continuou marcado por desafios geopolíticos e macroeconômicos. Os vários conflitos no mundo, dois dos principais bancos centrais (FED e ECB) com uma política monetária mais restritiva enquanto o Banco Central Brasileiro iniciou o processo de redução da taxa selic, e a incerteza com relação ao processo desinstitucionalizado associado a um crescimento global aquém do desejado resultaram em um ambiente de maior incerteza e volatilidade. E nesse ambiente ficamos ainda mais próximos dos nossos clientes, suportando-os nas suas necessidades de financiamento e gestão a risco, nos apoiando na nossa presença em aproximadamente 80 mercados. Mesmo nesse cenário desafiador, e com a confiança dos nossos clientes, e o trabalho árduo dos nossos colaboradores obtivemos novamente um bom resultado em 2023.

Em termos de expansão e novos negócios, anunciamos o investimento na área de originação e assessoria no Banco de investimento.

Com muito orgulho, anuncio que em 2023 tivemos um ano recorde em operações classificadas como ESG, e esperamos que essa trajetória continue.

Finalmente, não poderia esquecer as várias ações sociais que realizamos com ajuda dos nossos colaboradores durante o ano, em especial as campanhas de arrecadação nas quais todos superaram as metas iniciais, sempre pensando em uma sociedade mais inclusiva e justa.

Gostaria de agradecer aos nossos clientes, colaboradores e todas as partes interessadas pela confiança depositada em nós durante 2023.

**Destques do exercício:**

**Resultado do exercício**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) de R\$ 256.141, equivalente a R\$ 0,15 por ação (dezembro de 2022 – R\$ 0,23), e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 6,77% (dezembro de 2022 – 10,34%).

O lucro líquido do exercício foi impactado, principalmente, por uma queda no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de câmbio, (ii) parcialmente compensado por uma queda no resultado com instrumentos financeiros derivativos e em reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de um aumento nas despesas com operações de empréstimos e repasses.

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultado abaixo do esperado para o ano de 2023, o que é explicado principalmente pela carteira de crédito, diretamente impactada pelo adiamento da injeção de capital para o mês de julho de 2023, dificultando a realização de operações no pipeline durante o primeiro semestre. É importante ressaltar que, após o aumento do capital, a entrada de novas operações retornou ao esperado. Já os produtos referentes à gestão de conta corrente e custódia performaram em linha com as expectativas. A área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições de mercado adversas e volatilidade do cenário macroeconômico, apresentando uma performance abaixo do esperado para o ano. A manutenção da média anual da taxa CDI durante o ano foi importante para os ganhos referente aos juros sobre o capital, que representam uma parcela significativa das receitas. É importante ressaltar que em 2023, o lucro líquido também foi impactado por maiores custos administrativos dados, principalmente, o aumento de impostos sobre receitas e impostos sobre serviços. A injeção de capital no início do segundo semestre do ano de 2023 já proporciona à ambas áreas de negócio uma maior capacidade de oferta de produtos a nossos clientes durante o ano, gerando um ambiente propício para novos negócios em 2024.

**Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2023 em R\$ 2,8 bilhões, comparado com R\$ 2,5 bilhões em dezembro de 2022.

**Patrimônio de Referência e Índice de Basileia**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,8 bilhões em dezembro de 2023 (dezembro de 2022 – R\$ 2,5 bilhões). Em 31 de dezembro de 2023, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 28,97% e 14,21%, respectivamente (dezembro de 2022 – 29,32% e 16,02%, respectivamente).

**Ativos e fontes de recursos:**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 16,8 bilhões (dezembro de 2022 – R\$ 17,5 bilhões).

No exercício, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 958,1 milhões decorrente, substancialmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e do registro de novas operações a termo de títulos públicos;

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de Reais)							
	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022		Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Disponibilidades	6	172.329	202.518	Depósitos e demais instrumentos financeiros...	13	13.261.876	14.414.985
Instrumentos financeiros		15.856.020	16.598.179	Depósitos de clientes e instituições financeiras...	14	3.870.611	3.210.057
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	3.230.202	2.648.398	Obrigações por empréstimos e repasses	15	4.409.996	3.856.590
Títulos e valores mobiliários	8	5.022.912	4.174.667	Instrumentos financeiros derivativos	9	2.829.489	2.444.673
Instrumentos financeiros derivativos	9	3.335.777	2.377.691	Carteira de câmbio	11	2.151.780	4.903.665
Títulos e créditos a receber	10	691.466	1.072.284	<b>Provisões</b>	17	201.534	190.280
Operações de crédito	10	950.134	1.049.245	Obrigações fiscais		145.737	122.335
Carteira de câmbio	11	2.625.529	5.275.894	Imposto de renda e contribuição social – Corrente		76.869	50.334
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	10	(4.640)	(12.352)	Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	28.962	56.041
<b>Ativos fiscais correntes e diferidos</b>		116.442	197.868	Outras obrigações fiscais		39.906	15.960
Impostos e contribuições a compensar		54.224	45.847	<b>Outros passivos</b>	16	332.684	307.625
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	62.218	112.021	Patrimônio líquido		2.853.756	2.477.199
<b>Outros ativos</b>	12	636.575	546.071	Capital Social	20(a)	1.928.551	1.644.551
Imobilizado de uso		18.861	20.113	Reservas de lucros	20(b)	924.966	831.876
Outras imobilizações de uso		42.596	41.828	Outros resultados abrangentes	20(c)	239	772
Depreciações acumuladas		(23.735)	(21.715)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		16.795.587	17.512.424
<b>Total do Ativo</b>		16.795.587	17.512.424				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022						
	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		1.644.551	655.735	(11.740)	-	2.288.546
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	6.037	-	6.037
Ajustes de avaliação atuarial	-	-	-	6.475	-	6.475
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	256.141	256.141
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	12.807	-	(12.807)	-
Constituição de reserva para expansão	-	-	163.334	-	(163.334)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		1.644.551	831.876	772	-	2.477.199
Aumento de Capital		284.000	-	-	-	284.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.734	-	1.734
Ajustes de avaliação atuarial	-	-	-	(2.267)	-	(2.267)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	193.090	193.090
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	9.655	-	(9.655)	-
Constituição de reserva para expansão	-	-	83.435	-	(83.435)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		1.928.551	924.966	239	-	2.853.756
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		1.644.551	832.952	1.748	20.453	2.499.704
Aumento de capital		284.000	-	-	-	284.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	758	-	758
Ajustes de avaliação atuarial	-	-	-	(2.267)	-	(2.267)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	171.561	171.561
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	20(b)	-	8.579	-	(8.579)	-
Constituição de reserva para expansão	-	-	83.435	-	(83.435)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		1.928.551	924.966	239	-	2.853.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de Reais)						
	Nota	2º semestre 2023	Dezembro 2023	Dezembro 2022		
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		171.561	193.090	256.141		
<b>Outros resultados abrangentes</b>		(1.509)	(633)	12.812		
<b>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado</b>						
T.V.M. disponíveis para venda – Líquido do efeito tributário		758	1.734	6.037		
<b>Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado</b>						
Ajuste de avaliação atuarial – Líquido do efeito tributário		(2.267)	(2.267)	6.475		
<b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b>		170.052	192.557	268.653		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de Reais)						
	Nota	2º semestre 2023	Dezembro 2023	Dezembro 2022		
<b>Atividades operacionais</b>						
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício		195.736	251.716	527.129		
Lucro líquido do semestre / exercício		171.561	193.090	256.141		
Ajustes ao lucro líquido		24.175	58.266	270.988		
Despesas de depreciação e amortização	22(e)	2.192	4.158	3.686		
Provisão / reversão de provisão para passivos contingentes		(720)	1.166	533		
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	22(h)	2.466	5.264	3.473		
Receitas com atualização depósitos judiciais	22(g)	(10.877)	(22.455)	(19.635)		
Receitas com atualização taxa Selic – tributos	22(g)	(615)	(1.336)	(1.212)		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(48.255)	75.614	355.210		
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Ativo		59.330	(17.426)	(56.047)		
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Passivo		(36.734)	47.095	(15.155)		
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		73.060	(34.242)	(13.463)		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	(23.106)	(10.196)	(122.887)		
Impostos diferidos		7.434	10.984	136.485		
<b>Variação de ativos e passivos</b>		(70.475)	(479.793)	(990.770)		
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros		4.754	(497.051)	(998.893)		
Redução em ativos e obrigações fiscais		78.423	80.280	50.456		
Redução em ativos e passivos fiscais diferidos		10.947	11.739	10.236		
(Aumento) / redução em outros ativos		(119.935)	(68.048)	36.337		
(Redução) / aumento em outros passivos		(22.446)	25.058	(68.993)		
(Redução) / aumento em provisões		42	5.069	8.211		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.260)	(36.840)	(28.124)		
<b>Caixa (utilizado) / gerado nas atividades operacionais</b>		125.261	(228.077)	(463.641)		
<b>Atividades de Investimento</b>						
Aquisições em imobilizado de uso		(443)	(2.906)	(10.811)		
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		(443)	(2.906)	(10.811)		
<b>Atividades de financiamento</b>						
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(1.355.840)	587.649	1.927.312		
Aumento de capital		284.000	284.000	-		
Juros sobre o capital próprio pagos		(100.000)	(100.000)	(80.000)		
<b>Caixa (utilizado) / gerado nas atividades de investimento</b>		(1.171.840)	771.649	1.847.312		
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		(1.047.022)	540.666	1.372.860		
Demónstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa						
Início do período		4.131.741	2.667.922	1.650.272		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		48.255	(75.614)	(355.210)		
Fim do período	6	3.132.974	3.132.974	2.667.922		
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		(1.047.022)	540.666	1.372.860		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dessas ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 25 de março de 2024.

**a. Normas aplicáveis a exercícios futuros**

Em 25 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.966, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Tal normativo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Conforme estabelecido pelo artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil nele estabelecida, cujas principais etapas são a seguir elencadas:

- Análise e diagnóstico das principais alterações:** Nessa primeira fase buscou-se comparar as regras ora em vigor vs. os novos conceitos e critérios contábeis estabelecidos por meio da Resolução nº 4.966/2021 de modo a mapear, inicialmente, os principais produtos e sistemas impactados. Nesse sentido, foram avaliados os principais temas relacionados à nova regulamentação, dentre eles, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, adequação da metodologia para constituição de perdas esperadas, contabilidade de hedge, divulgação de informações. Foram identificadas, ainda, as áreas responsáveis envolvidas no processo de migração e implementação do referido normativo.
- Execução do plano:** Em 31 de dezembro de 2023, o Banco encontra-se na fase da efetiva implementação da regulamentação estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme análise e diagnóstico acima. Nessa etapa serão efetuadas adaptações de processos e testes sistêmicos de forma a garantir a correta aplicação dos conceitos e critérios trazidos pelo novo arcabouço normativo. Conforme requerido pelo artigo 78 da Resolução CMN nº 4.966/2021, os impactos estimados decorrentes da implementação da referida regulamentação contábil sobre o resultado e a posição financeira do Banco serão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. Em 27 de janeiro de 2023, o Banco Central do Uruguai concluiu o processo de encerramento da agência mediante a assinatura da liberação da garantia.

**4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**Principais práticas contábeis:**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: (i) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, (iii) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, (iv) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, (v) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, (vi) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (vii) CPC 24 - Evento Subsequente, (viii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento, (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, (xi) CPC 41 - Resultado por Ação, (xii) CPC 46 - Mensuração do valor Justo, e (xiii) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para uma economia mais sustentável e digitalizada.

O Banco possui três prioridades estratégicas, com foco em atender as necessidades de nossos clientes. Em primeiro lugar, o mundo está mudando rapidamente, tanto a nível geopolítico como econômico. A situação geopolítica é incerta e o mundo vive uma regionalização e fragmentação das cadeias de abastecimento globais. Isto requer aconselhamento personalizado nos países onde temos presença que apenas os bancos globais podem fornecer. Sendo assim, o Deutsche Bank pode apoiar os seus clientes, ajudando-os a gerar os seus recursos, financiando a sua transformação digital e sustentável e permitindo-lhes investir em ativos para gerar riqueza. Como segunda prioridade, o Deutsche Bank também está apoiando os clientes numa transição sustentável. O plano do Deutsche Bank é permitir um acúmulo de financiamentos e investimentos ESG de mais de 5 000 milhões de euros, conforme definido no Quadro de Finanças Sustentáveis do Deutsche Bank, no período de 2020 até ao final de 2025. Em 2023, o Banco publicou a sua transição inicial, planejando e desenvolvendo uma ampla gama de instrumentos e soluções financeiras para clientes de diversos setores para ajudá-los a descarbon



# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP

## Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).  
 Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.  
 Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.  
 Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.  
 Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de preços de transferência (“TP”) relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Os impactos da respectiva lei no tocante à metodologia de cálculo aplicável às receitas decorrentes de transações com partes relacionadas encontram-se sob análise do Banco. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.  
 A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, liquidação do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.  
 As principais práticas contábeis são assim resumidas:

**a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

**c. Instrumentos financeiros**

**• Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.  
 O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:

- Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- Títulos disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrua*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento:** são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**• Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“*hedge*”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.  
 Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) consideráveis efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “*hedge*” de acordo com sua natureza:

- “*Hedge*” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- “*Hedge*” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “*hedge*” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve “*hedge accounting*”.

**• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto**

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

**• Operações de crédito**

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/09, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

- As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

**d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante líquido suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/09.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/09.

**e. Saldos em moedas estrangeiras**

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

**f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas**

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciable dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

**g. Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

**h. Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. São créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.  
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro é calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

Por fim, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467 que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Referido normativo produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

**i. Redução ao valor recuperável de ativos – “Impairment”**

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”.  
 De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.  
 Uma perda por “*impairment*” ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de “*impairment*”. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

**5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023		Não circulante		Dezembro 2022		Não circulante	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Disponibilidades</b>	<b>172.329</b>	<b>172.329</b>	<b>-</b>	<b>202.518</b>	<b>-</b>	<b>202.518</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>15.856.020</b>	<b>13.928.874</b>	<b>1.927.346</b>	<b>16.598.179</b>	<b>14.546.899</b>	<b>14.546.899</b>	<b>-</b>	<b>2.051.570</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.230.202	3.230.202	-	2.648.398	2.648.398	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.022.912	4.195.870	827.042	4.174.667	3.332.116	842.551	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.335.777	2.584.315	751.462	2.377.691	1.762.989	614.702	-	-
Títulos e créditos a receber	691.466	646.300	45.166	1.072.284	1.043.480	28.804	-	-
Operações de crédito	950.134	723.580	226.554	1.049.245	736.607	312.638	-	-
Carteira de câmbio	2.625.529	2.548.407	77.122	5.275.894	5.023.019	252.875	-	-
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(4.640)</b>	<b>(417)</b>	<b>(4.223)</b>	<b>(12.325)</b>	<b>(2.013)</b>	<b>(10.312)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>116.442</b>	<b>40.027</b>	<b>76.415</b>	<b>157.868</b>	<b>45.847</b>	<b>112.021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições a compensar	54.224	40.027	14.197	45.847	45.847	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	62.218	-	62.218	112.021	-	112.021	-	-
<b>Outros ativos</b>	<b>636.575</b>	<b>309.215</b>	<b>327.360</b>	<b>546.071</b>	<b>229.933</b>	<b>316.138</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>18.861</b>	<b>-</b>	<b>18.861</b>	<b>20.113</b>	<b>-</b>	<b>20.113</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras imobilizações de uso	42.596	-	42.596	41.828	-	41.828	-	-
Depreciações acumuladas	(23.735)	-	(23.735)	(21.715)	-	(21.715)	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>16.795.587</b>	<b>14.449.828</b>	<b>2.345.759</b>	<b>17.512.424</b>	<b>15.022.894</b>	<b>2.489.530</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Dezembro 2023</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Dezembro 2022</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Dezembro 2023</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>13.261.876</b>	<b>8.352.219</b>	<b>4.909.657</b>	<b>14.414.985</b>	<b>13.288.308</b>	<b>1.126.677</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depósitos de clientes e instituições financeiras	3.870.611	3.352.218	518.393	3.210.057	2.897.558	312.499	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	4.409.996	459.526	3.950.470	2.856.570	3.689.122	167.468	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.829.489	2.397.945	431.544	2.444.673	2.050.787	393.886	-	-
Carteira de câmbio	2.151.780	2.142.590	9.250	4.903.665	4.650.841	252.824	-	-
<b>Provisões</b>	<b>201.534</b>	<b>7.651</b>	<b>193.883</b>	<b>190.280</b>	<b>65.647</b>	<b>124.633</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações fiscais</b>	<b>145.737</b>	<b>116.775</b>	<b>28.962</b>	<b>122.335</b>	<b>66.294</b>	<b>56.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	76.869	76.869	-	50.334	50.334	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	28.962	-	28.962	56.041	-	56.041	-	-
Outras obrigações fiscais	39.906	39.906	-	15.960	15.960	-	-	-
<b>Outros passivos</b>	<b>332.684</b>	<b>306.778</b>	<b>25.906</b>	<b>307.625</b>	<b>299.137</b>	<b>8.488</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.853.756</b>	<b>-</b>	<b>2.477.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Capital Social	1.928.551	-	1.644.551	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	924.966	-	831.876	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	23	-	772	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>16.795.587</b>	<b>8.783.423</b>	<b>6.158.408</b>	<b>17.512.424</b>	<b>13.719.386</b>	<b>1.315.839</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	55.857	21.725
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a)	116.472	180.793
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 7)	2.960.645	2.465.404
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.132.974</b>	<b>2.667.922</b>

(a) O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 116.472 em dezembro/23 (dezembro/22 R\$ 180.793) sendo com partes relacionadas um montante de R\$ 101.951 em dezembro/23 (dezembro/22 R\$ 163.693), (nota 19 (a))

(b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

**7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	600.101
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	2.960.645	1.265.204
<b>Subtotal – Operações compromissadas</b>	<b>2.960.645</b>	<b>2.465.404</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.771	47.650
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 19 (a))	240.786	135.344
<b>Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras</b>	<b>269.557</b>	<b>162.994</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>3.230.202</b>	<b>2.648.398</b>

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Dezembro 2023		
	Custo atualizado	Valor contábil por faixa de vencimento Até 3 meses	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>			
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	2.960.645	2.960.645	2.960.645
<b>Subtotal</b>	<b>2.960.645</b>	<b>2.960.645</b>	<b>2.960.645</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras</b>			
Depósitos interfinanceiros	28.771	28.771	28.771
Moedas estrangeiras	240.786	240.786	240.786
<b>Subtotal</b>	<b>269.557</b>	<b>269.557</b>	<b>269.557</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>3.230.202</b>	<b>3.230.202</b>	<b>3.230.202</b>

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP



## Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
<b>Opções de commodities</b>	-	-	-	309.750
Compra de opção de compra	-	-	-	86.625
Venda de opção de compra	-	-	-	68.250
Compra de opção de venda	-	-	-	68.250
Venda de opção de venda	-	-	-	68.250
<b>Futuros<sup>(1)</sup></b>	<b>48.042</b>	<b>(3.563)</b>	<b>24.773.550</b>	<b>21.593.461</b>
Posição comprada	44.912	(1.926)	16.353.532	11.975.771
Dólar (US\$)	1.894	-	471.079	4.059.004
Cupom cambial - DDI	42.933	-	9.645.669	6.765.459
DI de 1 dia	-	(1.926)	6.208.656	1.151.308
WDO	85	-	28.128	-
DAP	-	-	-	-
Posição vendida	3.130	(1.637)	8.420.018	9.617.690
Dólar (US\$)	-	(375)	124.663	-
Cupom cambial - DDI	-	(1.087)	361.499	2.604.622
DI de 1 dia	3.075	-	7.826.279	5.045.121
DAP	55	-	20	1.967.947
WDO	-	(175)	107.557	-
<b>Termo de título público</b>	<b>2.178.904</b>	<b>(2.178.555)</b>	<b>2.178.894</b>	<b>1.503.355</b>
Compra a termo de títulos públicos	10.770	(10.760)	10.760	-
Venda a termo de títulos públicos	2.168.134	(2.167.795)	2.168.134	1.503.355
<b>Total</b>	<b>3.383.819</b>	<b>(2.833.052)</b>	<b>59.650.936</b>	<b>47.464.219</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros ativos - Negociação e intermediação de valores" (nota 12(b)).

#### b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Dezembro 2023				Total
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	
Operações de swap	1.757.856	7.068.129	8.822.680	-	17.648.665
NDF de moeda	3.425.668	11.246.420	14.796.095	-	29.468.183
NDF de commodities	-	126.728	127.004	-	253.732
Operações com futuros	-	-	-	24.773.550	24.773.550
Termo de título público	2.178.894	-	-	-	2.178.894
<b>Total</b>	<b>7.362.418</b>	<b>18.441.277</b>	<b>9.073.691</b>	<b>24.773.550</b>	<b>59.650.936</b>

  

	Dezembro 2022				Total
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	
Operações de swap	2.428.715	5.025.561	6.439.764	-	13.894.040
NDF de moeda	-	9.541.828	141.503	-	9.683.331
NDF de commodities	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	204.875	204.875	-	409.750
Operações com futuros	-	-	-	21.593.461	21.593.461
Termo de título público	1.503.355	-	-	-	1.503.355
<b>Total</b>	<b>3.932.070</b>	<b>14.962.683</b>	<b>6.976.005</b>	<b>21.593.461</b>	<b>47.464.219</b>

#### c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Dezembro 2023				Total
	Bolsa	Balcão			
Operações de swap	-	17.648.665	-	-	17.648.665
NDF de moeda	-	14.796.095	-	-	14.796.095
NDF de commodities	-	253.732	-	-	253.732
Operações com futuros	24.773.550	-	-	-	24.773.550
Termo de título público	-	2.178.894	-	-	2.178.894
<b>Total</b>	<b>24.773.550</b>	<b>34.877.386</b>	<b>2.178.894</b>	<b>-</b>	<b>59.650.936</b>

  

	Dezembro 2022				Total
	Bolsa	Balcão			
Operações de swap	-	13.894.040	-	-	13.894.040
NDF de moeda	-	9.683.331	-	-	9.683.331
NDF de commodities	-	380.282	-	-	380.282
Opções	-	409.750	-	-	409.750
Operações com futuros	21.593.461	-	-	-	21.593.461
Termo de título público	-	1.503.355	-	-	1.503.355
<b>Total</b>	<b>21.593.461</b>	<b>25.870.758</b>	<b>1.503.355</b>	<b>-</b>	<b>47.464.219</b>

#### d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Dezembro 2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Ativo</b>					
Swaps	-	36.570	557.990	189.625	784.185
Operações a termo	149.277	219.564	3.847	-	372.688
Termo de título público	2.178.904	-	-	-	2.178.904
<b>Total</b>	<b>2.328.181</b>	<b>256.134</b>	<b>561.837</b>	<b>189.625</b>	<b>3.335.777</b>
<b>Passivo</b>					
Swaps	-	(852)	(350.300)	(51.732)	(402.884)
Operações a termo	(119.784)	(98.754)	(29.512)	-	(248.050)
Termo de título público	(2.178.555)	-	-	-	(2.178.555)
<b>Total</b>	<b>(2.298.339)</b>	<b>(99.606)</b>	<b>(379.812)</b>	<b>(51.732)</b>	<b>(2.829.489)</b>

  

	Dezembro 2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Ativo</b>					
Swaps	13.069	20.856	129.614	447.891	611.430
NDF de moeda e commodities	79.292	90.982	37.197	-	207.471
Opções	5.831	49.604	-	-	55.435
Termo de título público	1.503.355	-	-	-	1.503.355
<b>Total</b>	<b>1.601.547</b>	<b>161.442</b>	<b>166.811</b>	<b>447.891</b>	<b>2.377.691</b>
<b>Passivo</b>					
Swaps	-	(371.768)	(90.196)	(265.896)	(727.860)
NDF de moeda e commodities	(59.497)	(60.408)	(37.794)	-	(157.699)
Opções	(5.831)	(49.604)	-	-	(55.435)
Termo de título público	(1.503.679)	-	-	-	(1.503.679)
<b>Total</b>	<b>(1.569.079)</b>	<b>(481.780)</b>	<b>(127.990)</b>	<b>(265.896)</b>	<b>(2,444.673)</b>

#### e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, termo de moeda e commodities, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Ativo</b>				
Operações de swap	571.639	212.546	784.185	611.430
NDF (moeda e commodities)	370.170	2.518	372.688	207.471
Opções	-	-	-	55.435
Termo de título	2.178.894	10	2.178.904	1,503.355
<b>Total</b>	<b>3,120.703</b>	<b>215.074</b>	<b>3,335.777</b>	<b>2,377.691</b>
<b>Passivo</b>				
Operações de swap	(222.761)	(180.123)	(402.884)	(727.860)
NDF (moeda e commodities)	(237.939)	(10.111)	(248.050)	(157.699)
Opções	-	-	-	(55.435)
Termo de título	(2,178.894)	339	(2,178.555)	(1,503.679)
<b>Total</b>	<b>(2,639.594)</b>	<b>(189.895)</b>	<b>(2,829.489)</b>	<b>(2,444.673)</b>

#### f. Resultado com derivativos:

	2º Semestre 2023		Dezembro 2023		Dezembro 2022	
Operações de swap	45.535	429.534	575.023	-	-	-
NDF de moeda e commodities	20.956	314.913	586.490	-	-	-
Futuros	(2.884)	(999.900)	(1,048.504)	-	-	-
Opções	-	-	321	-	-	-
<b>Total</b>	<b>63.607</b>	<b>(255.453)</b>	<b>113.330</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentado a seguir:

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Operações de crédito</b>				
Empréstimos	777.012	846.303	-	-
Títulos descontados	131.508	168.102	-	-
Financiamentos à importação e exportação	41.614	34.840	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>950.134</b>	<b>1,049.245</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros créditos</b>				
Compra de recebíveis	691.466	1,072.284	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 11)	459.482	391.350	-	-
Rendas a receber de ACC (nota 11)	18.314	11,077	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1,169.262</b>	<b>1,474.711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão</b>	<b>2,119.396</b>	<b>2,523.956</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.640)	(12.325)	-	-
Provisão para garantias prestadas (nota 17)	(7.799)	(10,310)	-	-
<b>Total</b>	<b>(12.439)</b>	<b>(22.635)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzem significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

#### a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	2º Semestre 2023		Exercícios 2022	
	2023	2022	2022	2022
Saldo inicial	(35.545)	(22.635)	(145.522)	-
Constituição no semestre / exercício	(7.182)	(26.443)	(14.807)	-
Reversões no semestre / exercício	30.288	36.639	137.694	-
<b>Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas</b>	<b>(12.439)</b>	<b>(12.439)</b>	<b>(22.635)</b>	<b>-</b>

#### a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R\$ 39 (dezembro de 2022 - 37).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve baixa para prejuízo nem renegociação de crédito.

#### b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer						Total
		até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 361 dias	
Capital de giro	18.660	86.132	11.843	5.549	51.437	92.638	169.194	435.453
Financiamento a imp./exp. (1)	23.890	-	-	13.523	-	4.201	-	41.614
Conta garantida	-	-	1.213.120	26.926	63.671	37.841	-	341.559
Outros créditos e emp.	-	630	-	16.966	-	545	173	18.314
Recebíveis/títulos de crédito a receber (2)	227.902	218.198	118.088	47.708	17.913	16.491	45.166	691.466
ACC/ACE (3)	-	12.616	-	356.527	-	16.170	74.169	459.482
Títulos descontados	7.539	7.238	6.976	6.811	13,074	32,510	57,360	131,508
<b>Total dezembro 2023</b>	<b>277.991</b>	<b>324.815</b>	<b>350,027</b>	<b>474,010</b>	<b>146,095</b>	<b>200,396</b>	<b>346,062</b>	<b>2,119,396</b>
<b>Total dezembro 2022</b>	<b>7,485</b>	<b>408,629</b>	<b>374,224</b>	<b>314,933</b>	<b>596,233</b>	<b>366,036</b>	<b>114,974</b>	<b>3,414,442</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2023, financiamento à importação e exportação corresponde à repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 11.245 (dezembro 2022 - R\$ 33.332) e à operações comprar no montante de R\$ 30.369 (dezembro 2022 - R\$ 1.508).

(2) Em 31 de dezembro de 2023, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 353.645 (dezembro 2022 - R\$ 683.853) e à operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 337.821 (dezembro 2022 - R\$ 388.431).

(3) Em 31 de dezembro de 2023, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 18.314 (dezembro 2022 - R\$ 11.077).

#### c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financiamento importação / exportação	Conta garantida	Outros empréstimos	Recebíveis / Títulos créditos a receber	Títulos ACC/ACE	Descontados	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	173	745	74.169	-	75.087	285
Comércio	-	41.614	39.242	-	115.090	-	-	195.946	176.650
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	327.787	-	-	327.787	

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP



## Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### 14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Depósitos a prazo <sup>(a)</sup> .....	2.802.236	2.508.872
Depósitos à vista <sup>(b)</sup> .....	673.357	504.155
Depósitos interfinanceiros <sup>(c)</sup> .....	395.018	197.030
<b>Total</b> .....	<b>3.870.611</b>	<b>3.210.057</b>

##### (a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 103% (dezembro 2022 – entre 70% e 104%). Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 434.689 (dezembro 2022 – R\$ 459.897) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Faixas de vencimento</b>		
Até 3 meses.....	1.009.748	311.216
3 a 12 meses.....	1.477.720	1.932.525
1 a 3 anos.....	83.515	60.576
Acima de 3 anos.....	231.253	204.555
<b>Total</b> .....	<b>2.802.236</b>	<b>2.508.872</b>

##### (b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 3.910 (dezembro 2022 – R\$ 27.317) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)).

##### (c) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%, no total de R\$ 395.018 (dezembro 2022 – R\$ 197.030). Desse total, R\$ 88.464 possuem data de vencimento de até 3 meses (dezembro 2022 – zero), R\$ 102.929 de 3 a 12 meses (dezembro 2022 – R\$ 149.662), e R\$ 203.625 de 1 a 3 anos (dezembro 2022 – R\$ 47.368).

#### 15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Obrigações por tomadas de linha <sup>(a)</sup> .....	3.950.470	3.439.768
Financiamentos à exportação <sup>(b)</sup> .....	459.526	416.822
<b>Total (nota 19 (a))</b> .....	<b>4.409.996</b>	<b>3.856.590</b>

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 6,07% ao ano e vencimento em março de 2028.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 5,79% ao ano e vencimentos até abril de 2024.

#### 16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Negociação e intermediação de valores <sup>(a)</sup> .....	157.703	87.541
Relações interdependências.....	32.861	65.922
Diversos <sup>(b)</sup> .....	142.120	154.162
<b>Total</b> .....	<b>332.684</b>	<b>307.625</b>

##### (a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2023, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 157.703 (dezembro 2022 – R\$ 87.541).

##### (b) Diversos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, diversos referem-se a:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Despesas de pessoal.....	54.689	50.653
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 19 (a)).....	53.272	82.998
Resultado de exercícios futuros.....	30.387	16.537
IOF a recolher.....	1.462	537
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros.....	370	1.907
Outras despesas administrativas.....	1.940	1.530
<b>Total</b> .....	<b>142.120</b>	<b>154.162</b>

#### 17. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Riscos fiscais e administrativos (nota 18).....	115.955	112.300
Passivo atuarial (nota 22 (d)).....	65.905	58.570
Passivo contingente (nota 18).....	11.875	9.100
Provisão sobre garantias prestadas <sup>(a)</sup> (nota 10).....	7.799	10.310
<b>Total</b> .....	<b>201.534</b>	<b>190.280</b>

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição total referente à garantias financeiras prestadas monta R\$ 2.905.609 (dezembro 2022 – R\$ 2.708.319).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de rating de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada ("Expected Loss - EL"), o qual diferencia a probabilidade de inadimplimento ("Probability of Default - PD") de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplimento venha a ocorrer. Para cada tomador ("pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico"), será atribuída uma PD de contraparte ("Counterparty Probability of Default - CPD"). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Carteira</b>	<b>2.905.609</b>	<b>2.708.319</b>
<b>Provisão</b>	<b>7.799</b>	<b>10.310</b>
<b>Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)</b> .....	<b>2.905.609</b>	<b>2.708.319</b>

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados a seguir:

Nível de risco	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA.....	2.293.837	-	2.341.145	-
A.....	376.214	1.881	66.367	332
B.....	57.432	574	104.354	1.044
C.....	178.126	5.344	185.192	5.556
E.....	-	-	11.261	3.378
<b>Total</b> .....	<b>2.905.609</b>	<b>7.799</b>	<b>2.708.319</b>	<b>10.310</b>

#### 18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciais e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras aplicáveis.

##### Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2022	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2023
<b>Fiscais</b>						
IR/CS (a).....	7.801	-	-	-	299	8.100
INSS (b).....	87.410	-	-	-	3.156	90.566
ISS (c).....	16.889	-	(1.059)	-	1.259	17.089
<b>Total fiscais</b> .....	<b>112.100</b>	<b>-</b>	<b>(1.059)</b>	<b>-</b>	<b>4.714</b>	<b>115.755</b>
<b>Trabalhistas</b> .....	<b>9.100</b>	<b>5.452</b>	<b>-</b>	<b>(3.904)</b>	<b>550</b>	<b>11.198</b>
<b>Administrativo (d)</b> .....	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200</b>
<b>Cíveis</b> .....	<b>-</b>	<b>677</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>677</b>
<b>Total provisões</b> .....	<b>121.400</b>	<b>6.129</b>	<b>(1.059)</b>	<b>(3.904)</b>	<b>5.264</b>	<b>127.830</b>

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 5.507 (dezembro 2022 – R\$ 5.208), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A. Para esse processo, realizou-se um depósito no valor de R\$ 11.232. Foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2023) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição. Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 90.566 (dezembro 2022 – R\$ 87.410), representando atualização monetária do valor estimado de perda. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 133.614, o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral, ao passo que o valor da provisão é atualizado apenas com relação ao principal.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo trabalhou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.786 (dezembro 2022 – R\$ 6.638). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 5.206 (dezembro 2022 – R\$ 4.818) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$ 1.580 (dezembro 2022 – R\$ 1.464). Em relação às discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 10.302 (dezembro 2022 – R\$ 10.607). Este valor foi reduzido em razão do êxito em uma das ações anulatórias relacionadas às operações de câmbio do município de Porto Alegre. Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 10.302 (dezembro 2022 – R\$ 10.607).

Os processos relacionados nesse item foram classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível, no entanto, o provisionamento foi requerido pelo órgão regulador do Banco.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 200 (dezembro 2022 – R\$ 200).

##### Contingências classificadas com risco de perda possível

###### Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinado e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 14.598 (dezembro 2022 – R\$ 13.998). Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 19.429 (dezembro 2022 – R\$ 18.154) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 176 (dezembro 2022 – R\$ 166), (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 6.312 (dezembro 2022 – R\$ 5.938), (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 18.921 (dezembro 2022 – R\$ 17.958). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 22.764 (dezembro 2022 – R\$ 20.715), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R\$ 19.741 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 23.028 (dezembro 2022 – R\$ 20.800), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 23.056 (dezembro 2022 – R\$ 21.128), referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação ausente no suposto instrumento de prestação incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.743 (dezembro 2022 – R\$ 1.650). O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art. 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 12.485 (dezembro 2022 – R\$ 11.981). O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa instituição, o que injeou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial, cujo depósito atualizado é de R\$ 15.875.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

###### Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 44.274.

###### Casos cíveis

O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia e o valor atualizado da causa é de R\$ 502.338 (dezembro 2022 – R\$ 484.826).

###### Casos trabalhistas

Há apenas 1 (um) caso trabalhista classificado com probabilidade de perda "possível", no valor de R\$ 87.

#### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

##### a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas e coligadas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez / 2023		Exercício / 2023		Exercício / 2022	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)
<b>Disponibilidades (DEME) (i) (nota 6)</b> .....	<b>101.951</b>	<b>163.693</b>	<b>101.951</b>	<b>163.693</b>	-	-
DB AG (Frankfurt).....	-	57.224	-	12.538	-	-
DB AG (Tokyo).....	-	7.091	-	23.327	-	-
DB AG (New York).....	-	33.344	-	96.248	-	-
DB AG (London).....	-	4.064	-	31.563	-	-
DB AG (Hong Kong).....	-	138	-	17	-	-
<b>Aplicações em ME (i) (nota 7)</b> .....	<b>240.786</b>	<b>135.344</b>	<b>240.786</b>	<b>135.344</b>	<b>(818)</b>	<b>(818)</b>
Deutsche Bank AG London.....	-	240.786	-	24.000	-	-
DB AG (Frankfurt).....	-	-	-	111.344	-	(818)
<b>Serviços prestados para empresas no exterior (ii) (nota 12(c))</b> .....	<b>42.891</b>	<b>84.421</b>	<b>76.134</b>	<b>81.245</b>	<b>65.325</b>	<b>65.325</b>
DB AG (London).....	28.601	50.153	49.354	34.610	31.353	31.353
DB AG (New York).....	2.657	4.332	3.405	17.633	5.042	5.042
DB Trust Co Americas.....	1.098	10.486	2.717	12.122	5.176	5.176
DB AG (Cayman Isl.).....	10.244	10.486	20.008	13.267	21.829	21.829
DB AG Domestic Bank.....	-	1.030	-	1.072	555	555
DB AG Hong Kong Br.....	291	683	650	1.828	693	693
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad.....	-	-	-	151	-	-
DB AG Paris Branch.....	-	42	-	152	106	106
DB AG Mumbai Branch.....	-	-	-	90	-	-
DB AG Portugal.....	-	237	-	266	245	245
Deutsche Securities Inc.....	-	-	-	1	-	-
Valores a receber de outras partes relacionadas.....	-	4	-	54	-	-
<b>Carteira de câmbio - Operações de arbitragem (i) (nota 11)</b> .....	<b>(14.595)</b>	<b>8.932</b>	<b>(22.132)</b>	<b>(46.481)</b>	<b>(32.052)</b>	<b>(32.052)</b>
DB AG (London).....	-	-	-	5.011	-	-
DB AG (Frankfurt).....	(14.595)	8.932	(22.132)	(51.492)	(13.052)	(13.052)
<b>Depósito a prazo (i) (nota 14 (a))</b> .....	<b>(9.793)</b>	<b>(434.689)</b>	<b>(27.680)</b>	<b>(459.897)</b>	<b>(33.172)</b>	<b>(33.172)</b>
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior.....	(9.793)	(429.004)	(27.680)	(454.868)	(4.662)	(4.662)
DB III Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.....	-	(5.685)	-	(5.029)	(28.510)	(28.510)
<b>Depósito à vista (i) (nota 14 (b))</b> .....	<b>(3.910)</b>	<b>(27.317)</b>	<b>(3.910)</b>	<b>(27.317)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dt. Bank Secur. Inc.....	-	(58)	-	(46)	-	-
DB AG (London).....	-	(2.415)	-	(26.854)	-	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD.....	-	-	-	(51)	-	-
DB AG London Global Markets (Latam Struct Credit).....	-	(1.437)	-	(366)	-	-
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>						



# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP

## Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.  
 b. **Receitas de prestação de serviços**  
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Serviços prestados a partes relacionadas.....	42.891	76.133	67.845
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	3.695	7.126	15.773
Rendas de garantias prestadas.....	9.172	16.943	12.390
Serviços de custódia.....	3.461	6.479	8.113
Outras.....	634	1.229	1.191
<b>Total</b> .....	<b>59.843</b>	<b>107.910</b>	<b>105.312</b>

#### c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Proventos.....	(51.955)	(109.006)	(91.089)
Encargos.....	(21.737)	(42.544)	(37.189)
Benefícios e treinamentos.....	(4.814)	(15.295)	(19.803)
<b>Total</b> .....	<b>(78.506)</b>	<b>(166.845)</b>	<b>(148.081)</b>

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 54.452 (dezembro 2022 – R\$ 49.176).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamento no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 2023 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 11.453 (dezembro 2022 – R\$ 9.394).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocinou o Fundo de Pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a complementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2023, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 523.

#### e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras despesas administrativas referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Serviços de empresas no exterior <sup>(a)</sup> .....	(26.794)	(59.410)	(57.228)
Serviços técnicos especializados.....	(9.406)	(18.583)	(18.372)
Serviços do sistema financeiro.....	(8.053)	(17.529)	(12.905)
Processamento de dados.....	(5.859)	(12.177)	(12.993)
Comunicação.....	(3.977)	(7.872)	(7.777)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.338)	(6.594)	(7.670)
Depreciação e amortização.....	(2.192)	(4.158)	(3.686)
Aluguéis.....	(1.883)	(4.147)	(6.092)
Serviços de terceiros.....	(1.515)	(2.663)	(5.421)
Seguros.....	(870)	(1.796)	(1.457)
Viagens.....	(827)	(1.564)	(1.144)
Publicidade e propaganda.....	(785)	(1.020)	(498)
Outras.....	(2.410)	(5.749)	(4.378)
<b>Total</b> .....	<b>(67.909)</b>	<b>(143.262)</b>	<b>(139.621)</b>

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

#### f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
PIS/COFINS.....	(27.212)	(38.147)	(24.984)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.....	(3.383)	(6.147)	(6.076)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(17.427)	(28.682)	(4.979)
<b>Total</b> .....	<b>(48.022)</b>	<b>(72.976)</b>	<b>(36.039)</b>

#### g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Renda de recebíveis.....	46.004	102.431	104.606
Atualização de depósitos judiciais.....	10.877	22.455	19.635
Dividendos sobre investimentos – ações e quotas.....	4.075	4.617	339
Atualização taxa Selic - tributos.....	615	1.336	1.212
Outras.....	2.254	9.997	7.434
<b>Total</b> .....	<b>63.825</b>	<b>140.736</b>	<b>133.226</b>

#### h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas.....	(4.900)	(28.600)	(654)
Serviços prestados por empresas no exterior <sup>(a)</sup> .....	(4.284)	(10.142)	(5.356)
Multa e Juros-Programa de redução de litígios fiscais.....	(5.691)	(5.691)	(3.473)
Varição monetária sobre processos judiciais.....	(2.466)	(5.264)	(17.538)
Varição cambial sobre valores a receber.....	1.106	(1.039)	(2.166)
Despesas com processos judiciais/reversões.....	(1.535)	(4.304)	(2.170)
Outras.....	(17.770)	(65.274)	(31.352)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

#### i. Resultado de operações de câmbio:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Receitas (despesas) com variação cambial.....	(29.022)	186.924	67.662
Receitas com exportação, importação e financeiro.....	17.423	31.576	16.118
Outras.....	23	(247)	(393)
<b>Total</b> .....	<b>(11.576)</b>	<b>218.253</b>	<b>83.387</b>

#### j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ativo – Exposição.....	1.225.981	944.544
Passivo – Garantidor.....	(342.632)	(229.928)
<b>Resultado líquido</b> .....	<b>883.349</b>	<b>714.616</b>

#### k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado do Banco segregado como recorrente montou a R\$ 207.527 (2022 - R\$ 256.141) e o resultado não recorrente totaliza o montante negativo de R\$ 14.437 (2022 - zero), líquido dos efeitos fiscais.

O resultado não recorrente refere-se ao deferimento por parte da Receita Federal do Brasil da adesão do Banco ao Programa de Redução de Litígios Fiscais – PRLF relativo ao processo de desmutualização das bolsas da Corretora. O débito, que engloba não apenas o PIS e COFINS, mas também o IRPJ e CSLL, correspondia a aproximadamente R\$ 49.718 e foi reduzido para R\$ 17.401 em razão de um desconto de 65% sobre o valor do principal. Desse montante, R\$ 12.181 foram pagos mediante a utilização de créditos fiscais advindos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de anos anteriores e R\$ 5.220 serão pagos em dinheiro via DARF, dividido em 9 (nove) prestações mensais.

#### 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRB – Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco seguiu uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

#### a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

#### b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

#### Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores noionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period* (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisito periodicamente pela área de *MRM*.
- **Stress Test:** Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VaR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de câmbio (dólar) e 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apenas uma vez a cada 20 anos.

#### Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para as carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

#### Risco de Taxa de Juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de *MRM*, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- **IRRB – EVE:** Monitorar o risco de valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- **IRRB – Nil:** Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- **Valor de capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificadas na Carteira Bancária (IRRB):** O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para o risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta Nil;

- **PV01 da Carteira Bancária:** Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- **Prazo e Ganho embutidos:** Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Dez-22	4.961.581
30-Jun-23	8.168.061
30-Dez-23	11.226.097

\*Em reais.

#### c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerar-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

#### Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

#### Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência técnica atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

#### Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

#### Classificação do Risco de Crédito e Provisonamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna. O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de IAAA a ID, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento. Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

#### Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

#### Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

#### Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações precisas sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL(Ajustado do Banco, são feitas em base trimestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

As menores sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

#### Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estatísticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132  
São Paulo - SP



## Demonstrações Financeiras

### RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

#### Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

#### Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2023 e realizou a reunião de encerramento no dia 25 de março de 2024.

#### Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

#### Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios

de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

#### Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

#### Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

#### Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 25 de março de 2024

ELAINE NASCIMENTO  
Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria

ALVIR ALBERTO HOFFMANN  
Membro Independente do Comitê de Auditoria

ROSANGELA DOS SANTOS  
Membro Independente do Comitê de Auditoria

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

**Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**

São Paulo

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.119.397 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 4.640 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento das operações, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, a confirmação da existência por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base, além de testes de conciliação da base de dados de operações com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-034519/O

**Márlia Nascimento Soares**  
Contadora CRC-SP301194/O

[www.db.com/brasil](http://www.db.com/brasil)

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 29/03/2024

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/29/DELTS/CHEBANK1575236429032024.pdf>

Hash: 17116652400f79e703274b45b7aacf472879cf7961